

DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS INTERNAS  
DEPARTAMENTO TEMÁTICO **B**  
POLÍTICAS ESTRUTURAIS E DE COESÃO



**Agricultura  
e Desenvolvimento Rural**

Cultura e Educação

Pescas

Desenvolvimento Regional

Transportes e Turismo

**II INVESTIGAÇÃO PARA A  
COMISSÃO AGRÍ-  
CULTURA E POLÍTICA  
AGRÍCOLA COMUM (PAC) DA  
UE NOS PAÍSES BAIXOS**

**ANÁLISE APROFUNDADA**





**DIREÇÃO-GERAL DAS POLÍTICAS INTERNAS**

**DEPARTAMENTO TEMÁTICO B:  
POLÍTICAS ESTRUTURAIS E DE COESÃO**

**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**INVESTIGAÇÃO PARA A COMISSÃO AGRI -  
AGRICULTURA E POLÍTICA AGRÍCOLA  
COMUM (PAC) DA UE NOS PAÍSES BAIXOS**

**ANÁLISE APROFUNDADA**

O presente documento foi solicitado pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu.

## **ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL**

Guillaume RAGONNAUD  
Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão  
Parlamento Europeu  
B-1047 Bruxelas  
Endereço eletrónico: [poldep-cohesion@europarl.europa.eu](mailto:poldep-cohesion@europarl.europa.eu)

## **ASSISTÊNCIA EDITORIAL**

Lyna Pärt

## **VERSÕES LINGUÍSTICAS**

Original: EN

## **SOBRE O EDITOR**

Para contactar o Departamento Temático, ou para assinar o respetivo boletim informativo mensal, escrever, por favor, para: [poldep-cohesion@europarl.europa.eu](mailto:poldep-cohesion@europarl.europa.eu)

Documento concluído em 2016.  
© União Europeia, janeiro de 2016.

Versão em papel	ISBN 978-92-823-8647-7	doi:10.2861/052649	QA-01-16-008-PT-C
PDF	ISBN 978-92-823-8649-1	doi:10.2861/238256	QA-01-16-008-PT-N

O presente documento está disponível na Internet em:  
<http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>

## **DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

As opiniões expressas no presente documento são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam necessariamente a posição oficial do Parlamento Europeu.

A reprodução e a tradução para fins não comerciais estão autorizadas, mediante menção da fonte e aviso prévio ao editor, a quem deve ser enviada uma cópia.

**DIREÇÃO-GERAL DAS POLÍTICAS INTERNAS**

**DEPARTAMENTO TEMÁTICO B:  
POLÍTICAS ESTRUTURAIS E DE COESÃO**

**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

# **INVESTIGAÇÃO PARA A COMISSÃO AGRI - AGRICULTURA E POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC) DA UE NOS PAÍSES BAIXOS**

## **ANÁLISE APROFUNDADA**

### **Resumo**

A presente análise aprofundada destina-se aos deputados da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu que visitarão os Países Baixos em março de 2016. O documento apresenta uma visão geral muito concisa do país, descreve o setor agrícola e fornece informações pormenorizadas sobre a aplicação da nova política agrícola comum da UE para o período de 2014-2020.

Os Países Baixos têm uma economia de elevado rendimento, aberta e baseada no conhecimento, que recupera gradualmente de uma recessão prolongada. No que diz respeito ao seu setor agrícola, o principal desafio dos próximos anos assentará na conciliação do crescimento contínuo da produção e da produtividade agrícola com a preservação do ambiente.



# ÍNDICE

<b>LISTAGEM DAS TABELAS</b>	<b>4</b>
<b>1. PAÍSES BAIXOS: VISÃO GERAL</b>	<b>5</b>
1.1. Breve apresentação do país	5
1.2. Visão geral do sistema político	7
1.3. A Presidência neerlandesa da UE	7
<b>2. O SETOR AGROALIMENTAR NOS PAÍSES BAIXOS</b>	<b>9</b>
2.1. Visão geral do setor	9
2.2. Setores da agricultura, com incidência no setor dos produtos lácteos dos Países Baixos	12
2.2.1. O setor dos produtos lácteos dos Países Baixos	12
2.2.1. Outros setores da agricultura	13
2.3. O impacto ambiental da agricultura	15
2.4. Destaque para o comércio	17
<b>3. A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM NOS PAÍSES BAIXOS</b>	<b>21</b>
3.1. Os pagamentos da PAC nos Países Baixos	21
3.1.1. Pagamentos diretos	21
3.1.2. Medidas de mercado	21
3.1.3. Desenvolvimento rural	23
3.2. Aplicação da PAC para 2014-2020	23
3.2.1. Pagamentos diretos: uma visão geral das opções nacionais	24
3.2.2. Desenvolvimento rural	25
<b>BIBLIOGRAFIA PRINCIPAIS FONTES</b>	<b>29</b>
<b>SÍTIOS WEB</b>	<b>29</b>

## LISTAGEM DAS TABELAS

<b>Imagem 1</b>	
Mapa dos Países Baixos	<b>5</b>
<b>Gráfico 2</b>	
PIB dos Países Baixos (2008=100; volume, ajustado sazonalmente)	<b>6</b>
<b>Gráfico 3</b>	
Desenvolvimento dos terrenos agrícolas nos Países Baixos	<b>9</b>
<b>Tabela 4</b>	
Indicadores selecionados sobre o setor da exploração agrícola nos Países Baixos, ano de 2000 em comparação com 2013	<b>10</b>
<b>Tabelas 5</b>	
Cooperativas no setor agrícola	<b>11</b>
<b>Gráfico 6</b>	
Parcela dos diferentes subsetores no complexo agroalimentar em termos de valor acrescentado e de emprego (1995-2011)	<b>11</b>
<b>Tabela 7</b>	
Desenvolvimento da produção leiteira nos Países Baixos (1960–2000)	<b>12</b>
<b>Gráfico 8</b>	
Exploração leiteira nos Países Baixos (1984-2014)	<b>13</b>
<b>Tabela 9</b>	
Animais nas explorações pecuárias dos Países Baixos (1000 animais, 2011-2014)	<b>14</b>
<b>Gráfico 10</b>	
Número médio de animais por exploração (2000 = 100)	<b>14</b>
<b>Tabela 11</b>	
Principais culturas arvenses nos Países Baixos (2011-201, milhões de kg)	<b>15</b>
<b>Tabela 12</b>	
Tendências dos bens públicos agroalimentares nos Países Baixos	<b>16</b>
<b>Tabela 13</b>	
As importações e exportações neerlandesas por produto com a UE e com países terceiros, 2012 e 2014 (mil milhões EUR)	<b>18</b>
<b>Tabela 14</b>	
20 principais produtos agroalimentares neerlandeses na quota de exportação (2010)	<b>19</b>
<b>Gráfico 15</b>	
Distribuição de beneficiários e de pagamentos diretos nos Países Baixos pelo montante de pagamentos diretos recebidos (milhares de EUR), exercício de 2013	<b>21</b>
<b>Tabela 16</b>	
Despesas da PAC nos Países Baixos (primeiro pilar, compromissos, euros)	<b>22</b>
<b>Gráfico 17</b>	
Restituições às exportações nos Países Baixos e na UE	<b>23</b>
<b>Tabela 18</b>	
Apoio público indicativo para o programa de desenvolvimento rural neerlandês	<b>27</b>



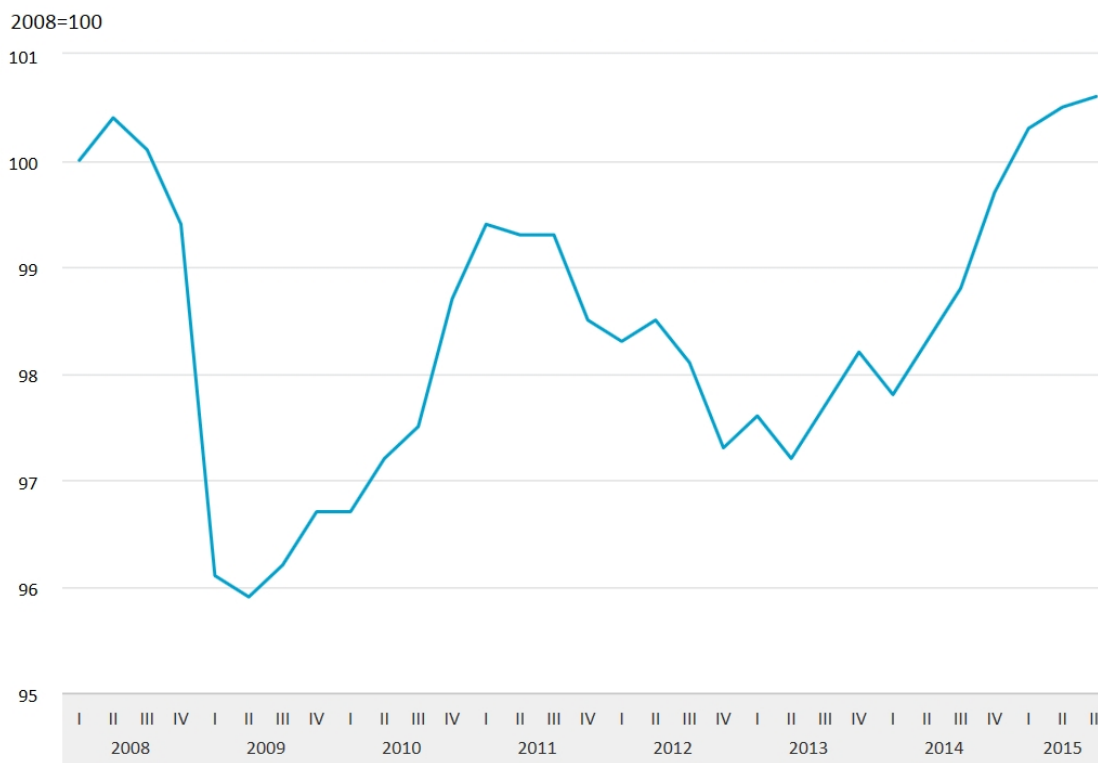
Com 16,9 milhões de habitantes em 2015, os Países Baixos representam 3,3 % do total da população da UE. O país tem uma superfície de 41 540 km<sup>2</sup> (18,4 % da qual é formada por água) Os Países Baixos são o segundo país mais densamente povoado na UE, com 498,4 pessoas/km<sup>2</sup> (2013), depois de Malta<sup>2</sup>. A sua densidade populacional assemelha-se à da Coreia do Sul (501 pessoas/km<sup>2</sup>), ultrapassando a da China (141), do Japão (337) e da Índia (381).

Os níveis de urbanização são bastante elevados, com apenas 0,6 % da população residente em zonas predominantemente rurais (ao passo que ao nível da UE este número ascende a 23 % da população). Além disso, metade do território situa-se abaixo do nível do mar, o que implica que a luta contra as inundações é uma das principais preocupações nacionais. Devido às alterações climáticas e ao desenvolvimento urbano nas zonas propensas a inundações, prevê-se o aumento da exposição às cheias. O clima é ameno e marítimo; a ocorrência de condições climáticas extremas de frio e calor é rara.

Os Países Baixos são um dos países mais ricos da UE. Constituem a sétima economia mais importante na UE no que toca ao PIB e representam 4 % do PIB da UE. O PIB *per capita* em PPC é 30 % mais elevado do que a média europeia. A taxa de desemprego atingiu cerca de 7 % em outubro de 2015 (contra 9,3 % ao nível europeu e 10, 7 % na área do euro). 10 % da população neerlandesa está em risco de pobreza, comparativamente a 16 % de todos os europeus.

Contudo, o país emerge gradualmente de uma prolongada recessão. O crescimento económico no país no período de 2008-2014 foi negativo e próximo de zero. Contudo, as últimas estatísticas dão sinais de crescimento económico pelo sexto trimestre consecutivo. Atualmente, o PIB encontra-se acima dos níveis pré-recessão (Gráfico 2). As exportações são uma importante força impulsionadora para a recuperação da economia neerlandesa.

**Gráfico 2: PIB dos Países Baixos (2008=100; volume, ajustado sazonalmente)**



<sup>1</sup> PPE: 5; SD: 3; ECR:2; ALDE:7; GUE:3; Verts/ALE: 2; ENF:4.

<sup>2</sup> A densidade média da UE é de 116,4 pessoas/km<sup>2</sup> (2013).

Fonte: Estatísticas dos Países Baixos, 2015.

## 1.2. Visão geral do sistema político

Os Países Baixos são regidos por uma monarquia constitucional parlamentar. A Constituição neerlandesa de 1948 estabeleceu um Estado unitário descentralizado, que consiste no Governo, no Parlamento e nas esferas governamentais subnacionais, que incluem as 12 províncias supramencionadas e os municípios (403 *gemeenten*).

Segundo a Constituição, os ministros, e não o monarca, são competentes quanto aos atos de autoridade e prestam contas ao Parlamento relativamente às políticas governamentais.

O Parlamento dos Países Baixos é designado de «Estados Gerais». É composto por um sistema bicameral e as duas câmaras são: o Senado (Eerste Kamer der Staten-Generaal - não eleito diretamente pelos cidadãos neerlandeses) e a Câmara dos Representantes (Tweede Kamer der Staten-Generaal).

As eleições de 12 de setembro de 2012 nos Países Baixos reforçaram o poder do centro pró-europeu. O Partido Popular para a Liberdade e a Democracia (VVD) conquistou 41 dos 150 lugares da Câmara dos Representantes e o Partido Trabalhista (PvdA) 39. Estas eleições resultaram num acordo de coligação entre o VVD e o PvdA.

O Governo neerlandês inclui o monarca (Willem-Alexander) e os ministros. O governo dos Países Baixos engloba os ministros e os secretários de Estado. No executivo neerlandês contam-se 13 ministros e sete secretários de Estado, nomeadamente o primeiro-ministro, Mark Rutte (VVD), que preside ao Conselho de Ministros e é também o ministro dos Assuntos Gerais. Mark Rutte é primeiro-ministro desde 2010 (primeiro no governo Rutte-Verhagen de 2010 a 2012 e depois no governo Rutte-Asscher desde novembro de 2012).

O acordo de coligação<sup>3</sup> inclui, por exemplo, o objetivo de reduzir os encargos administrativos no setor agroalimentar. O ministro da Agricultura é Martijn van Dam (PvdA), nomeado em 3 de novembro de 2015.

A percentagem da população neerlandesa que deposita confiança no Parlamento Europeu é a terceira mais elevada na UE (entre 40 e 47 %), seguida pela Bélgica (47 %) e pela Dinamarca<sup>4</sup>. Esta situação reflete o grau relativamente elevado de confiança nos políticos do país, em comparação com a situação nos demais países.

## 1.3. A Presidência neerlandesa da UE

Entre 1960 e 2004, os Países Baixos assumiram 11 vezes a Presidência rotativa do Conselho da UE. O país exerce a Presidência do Conselho da UE de 1 de janeiro a 30 de junho de 2016.

Os princípios-chave<sup>5</sup> da Presidência neerlandesa são: uma União centrada nos elementos essenciais e que acrescenta valor ao que os próprios Estados-Membros podem e têm de

---

<sup>3</sup> Informação disponível em <https://www.government.nl/government/contents/coalition-agreement/sustainable-growth-and-innovation>

<sup>4</sup> [The Netherlands on the European Scale 2016](#), Estatísticas dos Países Baixos.

<sup>5</sup> Crescimento, empregos, liberdade, segurança, justiça, união da energia e uma UE mais influente no plano internacional são as prioridades absolutas, tais como acordadas no final de 2015 pelas futuras três presidências para o período entre janeiro de 2016 e junho de 2017 (os Países Baixos, a Eslováquia e Malta).

fazer («legislar melhor»); crescimento e empregos inovadores (criação de emprego enquanto prioridade máxima; supressão dos obstáculos à inovação no mercado interno; garantia de que todos os fundos europeus colocam a tónica na inovação e no estímulo à investigação e à inovação, recorrendo a todos os fundos e programas europeus; fortalecimento da economia digital; fomento da reforma da política nacional) e estabelecimento de ligações com os cidadãos (reforço da legitimidade democrática, nomeadamente através da transparência na tomada de decisões).

No que diz especificamente respeito à agricultura, os Países Baixos pretendem «promover uma agricultura sustentável, inteligente em termos climáticos, eficiente no ponto de vista dos recursos, respeitadora dos animais, que assegure uma produção alimentar segura e fiável para as nove mil milhões de pessoas em 2050»<sup>6</sup>. Mais precisamente, a Presidência neerlandesa visa pronunciar-se sobre:

- Condições equitativas e práticas em consonância com a legislação.
- Simplificação da PAC. Início de debates sobre a PAC após 2020.
- Regulamentos em matéria de produção biológica e controlos veterinários e fitossanitários.
- Evoluções nos mercados para produtos agrícolas.
- Combate à resistência antimicrobiana.
- Eliminação do desperdício alimentar.
- Direitos dos obtentores vegetais: acesso à matéria-prima para o melhoramento vegetal.

No que diz respeito especificamente ao ambiente, os Países Baixos entendem que a UE carece de diretivas em matéria de ambiente que sejam mais coerentes e exequíveis. A título de exemplo, a Presidência neerlandesa centrará a sua atenção nos pontos que se seguem:

- Acompanhamento do Acordo de Paris sobre o Clima (COP21, dezembro de 2015).
- Limites nacionais de emissão (LNE) para os poluentes atmosféricos.
- Pacote Economia Circular.
- Iniciativa «Make it work», que almeja especificamente uma legislação ambiental ao nível da UE mais coerente e eficaz.
- Execução europeia dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

No âmbito da avaliação das Diretivas «Aves» e *Habitats* da UE lançada pela Comissão Europeia, em janeiro de 2015, a Presidência neerlandesa organizará também uma conferência internacional sobre a política ambiental «à prova de futuro», proporcionando uma oportunidade para as partes interessadas debaterem os obstáculos encontrados aquando da execução da política ambiental.

---

O programa integral está disponível em: <http://english.eu2016.nl/binaries/eu2016-en/documents/publications/2015/12/30/trio-programme-2016-17/st-15258-2015-init-en.pdf>

<sup>6</sup> [Letter from the Minister of Foreign Affairs to the House of Representatives on substantive preparations for the 2016 Dutch Presidency of the Council of the European Union](#)

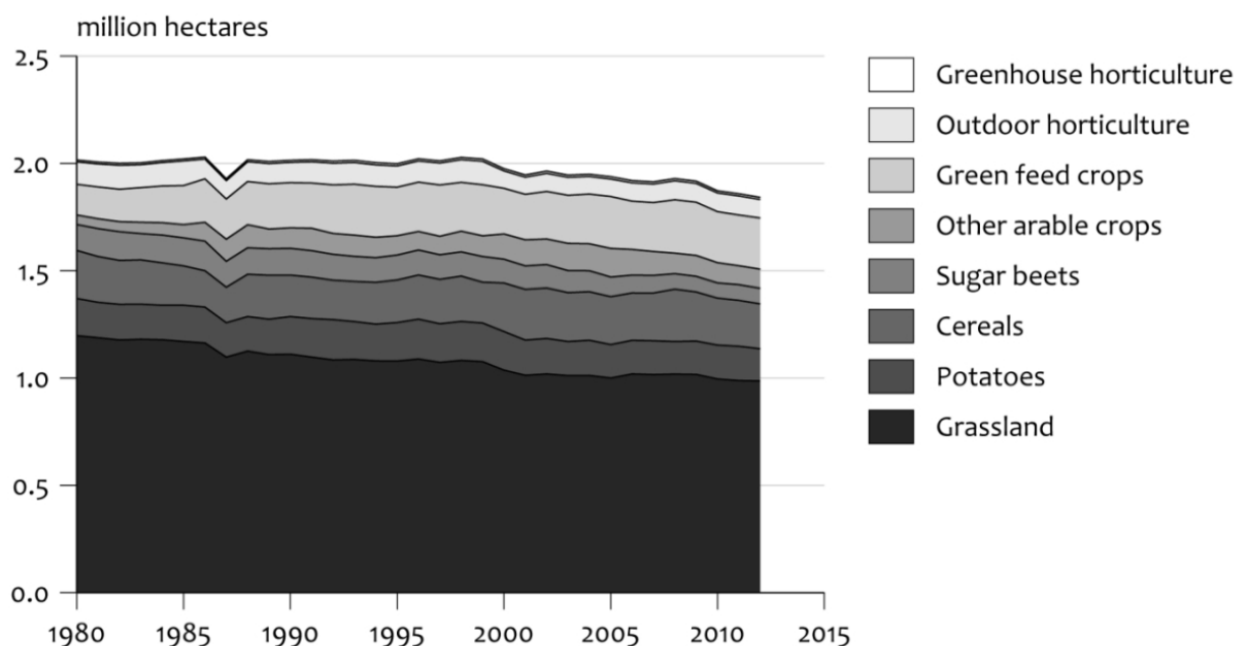
## 2. O SETOR AGROALIMENTAR NOS PAÍSES BAIXOS

Os pontos fortes do setor agroalimentar neerlandês assentam nas condições naturais que possibilitam uma ampla diversidade de atividades de exploração agrícola, numa estrutura de produção primária de empresas familiares resiliente associada a uma mão de obra qualificada, em cadeias de abastecimento integradas e numa sólida orientação internacional. A maior parte das explorações agrícolas neerlandesas faz parte dos «sistemas verticais». As dificuldades daí decorrentes estão nomeadamente relacionadas com os custos elevados dos terrenos e da mão de obra, a instabilidade crescente dos preços, as restrições regulamentares quanto ao bem-estar animal e ao ambiente e o impacto das alterações climáticas.

### 2.1. Visão geral do setor

As áreas consagradas à agricultura (18 723 km<sup>2</sup>) representam mais de metade do total da superfície terrestre dos Países Baixos (cerca de 55 %). Dois terços dos terrenos agrícolas são utilizados para as pastagens (54 %) e as culturas forrageiras (13 %). As outras culturas arvenses preenchem 28 % da área, a horticultura ao ar livre representa 5 % e a horticultura em estufa 0,5 % (Gráfico 3). Os preços dos terrenos aráveis são extremamente elevados (cerca de 50 000 EUR por hectare).

**Gráfico 3: Desenvolvimento dos terrenos agrícolas nos Países Baixos**



Fonte: OCDE, 2015.

A área agrícola sofreu uma redução de 7 % entre 2000 e 2013, sobretudo devido à urbanização (Tabela 4). O número de explorações agrícolas e de empregos tem igualmente vindo a sofrer uma redução. A tendência vai no sentido de explorações agrícolas mais especializadas e de maiores dimensões: ao longo do século XX, a agricultura neerlandesa deixou de ser um sistema de explorações intensivas mistas e diversificadas de pequena escala, para se converter numa agricultura intensiva altamente especializada.

Tecnologias economizadoras de mão de obra, transferências de explorações ou, no caso de explorações não baseadas em terrenos, o custo dos investimentos necessários para cumprir os regulamentos ambientais e em matéria do bem-estar animal.

**Tabela 4: Indicadores selecionados sobre o setor da exploração agrícola nos Países Baixos, ano de 2000 em comparação com 2013**

	<b>2000</b>	<b>2013</b>	<b>variação em %</b>
Área dos terrenos agrícolas (ha)	1 975 000	1 848 000	-7 %
Emprego (Unidade de trabalho anual)	não disponível	160 500	-30 % (baseado no número de pessoas)
Número total de explorações agrícolas	97 389	67 481	-31 %
incluindo: terrenos aráveis	14 799	12 142	-18 %
horticultura de estufa e explorações agrícolas de cogumelos	8 804	3 794	-57 %
explorações leiteiras	23 280	17 001	-27 %
outras explorações pecuárias baseadas na pastagem	20 208	17 757	-12 %
explorações pecuárias intensivas	12 058	6 744	-44 %

**Fonte:** OCDE, com base nas Estatísticas dos Países Baixos, 2015

O rendimento real dos fatores por unidade de trabalho agrícola anual aumentou 56 % desde 2005 (19 % na UE-15 e 34 % na UE-28). Em média, o rendimento fora da exploração agrícola representa cerca de um terço do rendimento do produtor. Além disso, o rendimento proveniente de atividades não agrícolas (recreação, venda direta) tem vindo a aumentar, embora permaneça limitado.

O papel das cooperativas assume uma importância primordial no país, não apenas na primeira fase de transformação, mas também na comercialização dos produtos.

**Tabelas 5: Cooperativas no setor agrícola**

Setor	NÚMERO DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS		QUOTA DO MERCADO (em %)	
	2000	2010	2000	2010
Fatores de produção	25	15	não disponível	não disponível
Criação de suínos	1	1	não disponível	85 %
Criação de bovinos	1	1	90 %	80-90 %
Açúcar	3	2	63 %	100 %
Transformação de produtos lácteos	5	5	83 %	86 %
Frutas e produtos hortícolas	15	19	71 %	95 %
Flores	6	3	95 %	95 %

Fonte: OCDE, 2015.

A agricultura, caça e a pesca representam perto de 2 % do PIB neerlandês (1,7 % ao nível da UE). A totalidade do «complexo agroalimentar», incluindo o conjunto das atividades agrícolas e alimentares (produção, processamento, fatores de produção da indústria transformadora e distribuição), representa aproximadamente 8,5 % do PIB total e do emprego. A exploração pecuária com base na pastagem representa o maior subsector em termos de valor acrescentado e de emprego (Gráfico 6).

**Gráfico 6: Parcela dos diferentes subsectores no complexo agroalimentar em termos de valor acrescentado e de emprego (1995-2011)**

Fonte: OCDE, 2015.

A agricultura biológica tem um papel relativamente menor no país: diz respeito a apenas 2,7 % do terreno arável (5,6 % ao nível da UE), 1,5 % das vacas leiteiras (3,3 % ao nível da UE) e 0,5 % dos suínos (0,6 % ao nível da UE). O crescimento observado nos últimos trinta anos sofreu um decréscimo.

O preço dos géneros alimentícios nos Países Baixos é 3 % mais baixo do que a média europeia (no entanto, o preço da carne é 20 % mais caro do que a média europeia).

## 2.2. Setores da agricultura, com incidência no setor dos produtos lácteos dos Países Baixos

### 2.2.1. O setor dos produtos lácteos dos Países Baixos

Existem 1,7 milhões de vacas leiteiras nos Países Baixos e, em média, uma exploração leiteira possui 85 vacas. Aproximadamente 300 explorações dispõem de 250 ou mais vacas. O rendimento médio anual é de 8 100 litros por vaca leiteira, ou seja, 22 litros de leite por vaca/dia. A Tabela 7 demonstra a evolução histórica das explorações leiteiras no país.

**Tabela 7: Desenvolvimento da produção leiteira nos Países Baixos (1960–2000)**

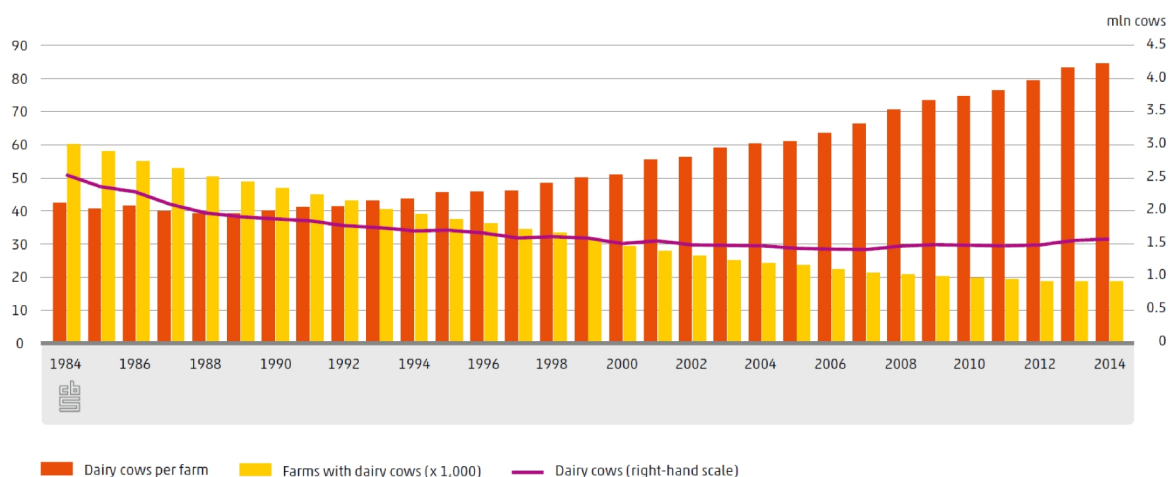
PERÍODO/ANO	ÁREA POR EXPLORAÇÃO (HA)	RENDIMENTO POR VACA (KG)	VACAS POR EXPLORAÇÃO	NOVO CONTRIBUTO TECNOLÓGICO
1961-1965	14	4,12	18	Implantação em larga escala de máquinas de ordenha, inseminação artificial
1966-1970	16	4,350	22	Utilização mais intensiva de fertilizantes, especialização da exploração leiteira
1971-1975	20	4,875	34	Tanques para refrigeração do leite, do feno à ensilagem de erva, sistemas de estabulação livre com cubículos
1976-1980	22	5,340	48	Alimentação com milho, alimentação muito concentrada para animais
1981-1985	25	5,700	54	Identificação das vacas para alimentação individual, utilização em larga escala da raça Holstein-Frísia
1986-1990	29	6,575	49	Transplantação de embriões
1991-1995	31	6,975	51	Proteção ambiental (por exemplo, injeção manual)
1996-2000	35	7,525	55	Introdução de ordenhas mecânicas.

Fonte: van der Heide *et al.*, 2011.

O setor da produção leiteira está uniformemente distribuído em todo o país. 70 % das vacas são colocadas em zonas de pastagem. As percentagens mais elevadas de vacas leiteiras em situação de pastagem ao ar livre podem ser encontradas nas áreas turfosas das províncias de Utreque, Holanda do Norte e Holanda do Sul. As áreas a leste do Brabante do Norte e a norte de Limburgo constituem zonas de exploração pecuária intensiva e o solo é utilizado principalmente para as culturas forrageiras e para a dispersão de estrume. Os sistemas de ordenha mecânica dificultaram a pastagem ao ar livre, tendo em conta que, por norma, as vacas ordenhadas pelos sistemas automáticos são ordenhadas mais frequentemente, até três vezes por dia.

O acentuado decréscimo do número de vacas leiteiras após 1984 (Gráfico 8) deveu-se à introdução de quotas leiteiras no âmbito da PAC. As referidas quotas condicionaram o crescimento da produção leiteira no país. As entregas de leite continuaram a exceder a quota nacional e os Países Baixos tiveram de pagar impostos sobre os excedentes nos últimos dez anos, exceto nos períodos de 2005-2006 e 2012-2013. Os produtores de leite reduziram a utilização dos fatores de produção (por exemplo, entre 2001 e 2012, o volume de mão de obra diminuiu em 22 %).

**Gráfico 8: Exploração leiteira nos Países Baixos (1984-2014)**



**Fonte:** Estatísticas dos Países Baixos, 2015.

Quase todo o leite é entregue às fábricas de laticínios. Metade desse leite é transformado em queijo, 10 % em leite para os consumidores e o restante é utilizado para a produção de manteiga, natas, iogurtes, sobremesas, gelados, leite condensado e leite em pó. O valor da produção do leite atinge 5 mil milhões de EUR (18 % do valor global da produção). O valor do leite oscilou em torno de uma tendência geral de crescimento no período de 1995-2015, sendo as variações devidas essencialmente às evoluções nos preços do leite. O setor neerlandês do leite representa cerca de 9 % da produção total da UE.

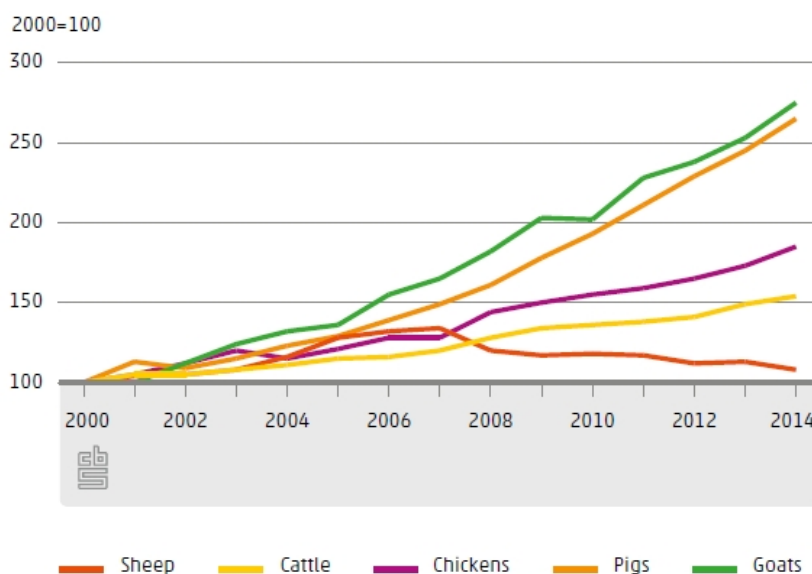
### 2.2.1. Outros setores da agricultura

As Tabelas 9 e 10 que se seguem apresentam os dados mais recentes sobre a exploração pecuária nos Países Baixos.

**Tabela 9: Animais nas explorações pecuárias dos Países Baixos (1000 animais, 2011-2014)**

1000 animais	2011	2012	2013	2014
<b>Animais em pastagem</b>				
Caprinos	380	397	413	431
Cavalos e póneis	137	132	131	127
Bovinos	3 885	3 879	3 999	4 068
Ovinos	1 088	1 043	1 034	959
<b>Animais sem pastagem</b>				
Galinhas	96 919	95 273	97 719	103 039
Outras aves de capoeira (incluindo patos, perus)	2 324	1822	1709	1699
Coelhos	302	327	311	321
Animais de pelo	978	1031	1031	1003
Suíños	12 429	12 234	12 212	12 238

Fonte: Estatísticas dos Países Baixos.

**Gráfico 10: Número médio de animais por exploração (2000 = 100)**

Fonte: Estatísticas dos Países Baixos.

Os Países Baixos são um grande produtor de frutas e de produtos hortícolas. A título de exemplo, representam 25 % da produção de peras da UE e o país é o maior produtor de cebolas. Em 2014, a colheita de maçãs foi a segunda maior alguma vez registada (353 000 toneladas) e a colheita de peras foi igualmente significativa (349 000 toneladas). Entre 1980 e 2014, a área consagrada às macieiras diminuiu de 17 200 para 7 900 hectares, ao passo que a área para as pereiras aumentou de 5 700 para 8 600 hectares. As organizações de produtores (OP) desempenham um papel importante: mais de 90 % da quota total de frutas e de produtos hortícolas é comercializada através das OP. Contudo, a percentagem de membros das OP na totalidade dos produtores do setor é apenas de 68 %.

Os produtos hortícolas cultivados em estufa são sobretudo os tomates (quase metade da área de cultivo em estufa de vidro), os pimentos (um terço), os pepinos (16 %) e as beringelas.

Os produtos hortícolas e da horticultura contabilizam cerca de 18 % do total de produção da UE no setor (em valor), as batatas cerca de 13 %, e a beterraba sacarina cerca de 8 %.

**Tabela 11: Principais culturas arvenses nos Países Baixos (2011-201, milhões de kg)**

Milhões de kg	2011	2012	2013	2014
Batatas, consumo	3 857	3 384	3 481	3 871
Batatas, sementes	1 313	1 479	1 400	1 475
Batatas, para transformação	2 163	1 904	1 695	1 754
Beterraba sacarina	5 858	5 735	5 727	6 822
Cebolas	1 582	1 330	1 200	1 220
Trigo	1 175	1 302	1 335	1 304
Cevada	205	206	208	197
Milho forrageiro	10 559	10 670	10 268	10 788
Milho doce	204	191	185	173

Fonte: Estatísticas dos Países Baixos, 2015.

### 2.3. O impacto ambiental da agricultura





















A agricultura tem um papel importante no impacto ambiental nos Países Baixos, tendo em conta que as práticas agrícolas neerlandesas são altamente intensivas em termos de fatores de produção, mão de obra e capital. Os sistemas intensivos de exploração pecuária e a horticultura em estufa estão particularmente em causa. A transferência de especialização, intensificação e aumento da escala das explorações afetaram negativamente o abastecimento de bens públicos agroalimentares.





As pressões ambientais derivam das emissões dos nutrientes para o ar, o solo e a água (por exemplo, as emissões de amoníaco relacionadas com a utilização de fertilizantes e as atividades pecuárias), a utilização de pesticidas, as pressões das emissões dos gases com efeito de estufa na biodiversidade (Tabela 12). A Tabela 12 mostra as últimas tendências dos bens públicos agroalimentares nos Países Baixos. Alguns destes bens registam uma melhoria no fornecimento (por exemplo, na qualidade da água, nas emissões de gases com efeito de estufa<sup>7</sup>), porém, a situação de outros bens está a deteriorar-se.

Os relatórios mostram que os progressos realizados em matéria de desempenho agroambiental estão a desacelerar, ou até mesmo a piorar, no caso da biodiversidade. Por exemplo, o Indicador relativo às Aves de Terras Agrícolas diminuiu mais de 50 % na última década. Acresce que uma grande parcela dos terrenos está sujeita à compactação do solo (por exemplo, através da utilização de maquinaria pesada em condições de pluviosidade).

<sup>7</sup> Em junho de 2015, o Tribunal de Haia ordenou que o Governo tornasse mais rigorosas as políticas climáticas e cortasse as emissões dos gases com efeito de estufa em 25 % em 2020 comparativamente aos níveis de 1990 (o Governo comprometera-se anteriormente a reduzir as emissões em 17 %).

**Tabela 12: Tendências dos bens públicos agroalimentares nos Países Baixos**

	Trends	Related indicators	Sources	
Agricultural landscapes		<ul style="list-style-type: none"> <li>Famland</li> <li>High Nature Value famland / Uptake of agri-environment schemes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-0.3% p.a. (1990/92-2010/12)</li> <li>Negative trend in most province</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>OECD(2013a)</li> <li>IRENA IFS 26 / PBL (2012)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Average parcel size / patch density</li> <li>Recreational facilities on farms</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impacts are complex</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 32 / PBL (2012)</li> </ul>
Agricultural biodiversity		<ul style="list-style-type: none"> <li>Conversion of famland to urban use etc</li> <li>Famland bird index</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.9% between 1990 and 2000</li> <li>-49% (1990/92-2010/12)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 12</li> <li>OECD(2013a)/ IRENA IFS 28</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>High Nature Value famland</li> <li>Certified organic farm management</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Low shares (0-3%) already</li> <li>Slight increase from 2004-2010</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 26</li> <li>OECD(2013a) / IRENA IFS 7</li> </ul>
Water quality		<ul style="list-style-type: none"> <li>Gross nitrogen balance</li> <li>Gross phosphorus balance</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-41% (from 1990/92 to 2006/08)</li> <li>-65% (from 1990/92 to 2006/08)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>OECD(2013a) / IRENA IFS 18.1</li> <li>OECD(2013a) / IRENA IFS 30.2</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesticides in water</li> <li>Water retaining capacity</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-45% (from 1990/92 to 2008/10)</li> <li>-</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>OECD(2013a)</li> <li>-</li> </ul>
Water quantity/ availability				
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Protected nature reserve area affected by draining or eutrophication</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decrease of pressures (desiccation, eutrophication) levelled off</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PBL (2012)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Water use intensity / share of agriculture in water use</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Low share of 1% of the total water use</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 10 / IRENA IFS 34.3 / CBS /PBLWUR (2012c) website in Dutch</li> </ul>
Soil protection and quality		<ul style="list-style-type: none"> <li>Famland change to artificial surfaces</li> <li>Land use intensity</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.9% between 1990 and 2000</li> <li>Further intensification</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 12</li> <li>IRENA IFS 15</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Organic soil content</li> <li>Area suffering Soil compaction</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No data on development</li> <li>New (upcoming) theme</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 29</li> <li>-</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Soil erosion</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Stable at very low levels in the Netherlands</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 23</li> </ul>
Climate change /Carbon storage		<ul style="list-style-type: none"> <li>Oxidation of peat land</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>At a rate of 5 -15 Mton carbon per year</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Kuikman (2004)</li> </ul>
Climate change – greenhouse gas emissions		<ul style="list-style-type: none"> <li>Total GHG emissions from agriculture</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-27% (from 1990 to 2010)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>OECD(2013a)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Methane emissions from agriculture</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-14% (from 1990 to 2011)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RIVM (2013)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Nitrous oxide emissions from agriculture</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-42% (from 1990 to 2011)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RIVM (2013)</li> </ul>
Air quality		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ammonia (and nitric oxide) emissions from agriculture</li> <li>Number of affected people in their living environment related to offensive livestock odours</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-65% ammonia (from 1990 to 2010)</li> <li>From over 20% in 1990 to under 10% in 2010<sup>1</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>OECD (2013a) / IRENA IFS sub 18</li> <li>CBS /PBLWUR (2013b) website in Dutch</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Shares of livestock farms with adequate manure treatment facilities</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inadequate monitoring / supervision by local authorities</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RIVM (2012)</li> </ul>
Resilience to flooding		<ul style="list-style-type: none"> <li>National program "room for the river"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No data on contribution of agriculture</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rijkswaterstaat website<sup>2</sup></li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Conversion of famland to urban use etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.9% between 1990 and 2000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IRENA IFS 12</li> </ul>

Notes:  Decreasing  Increasing  Both increasing and decreasing data  No data

Fonte: OCDE, 2015.

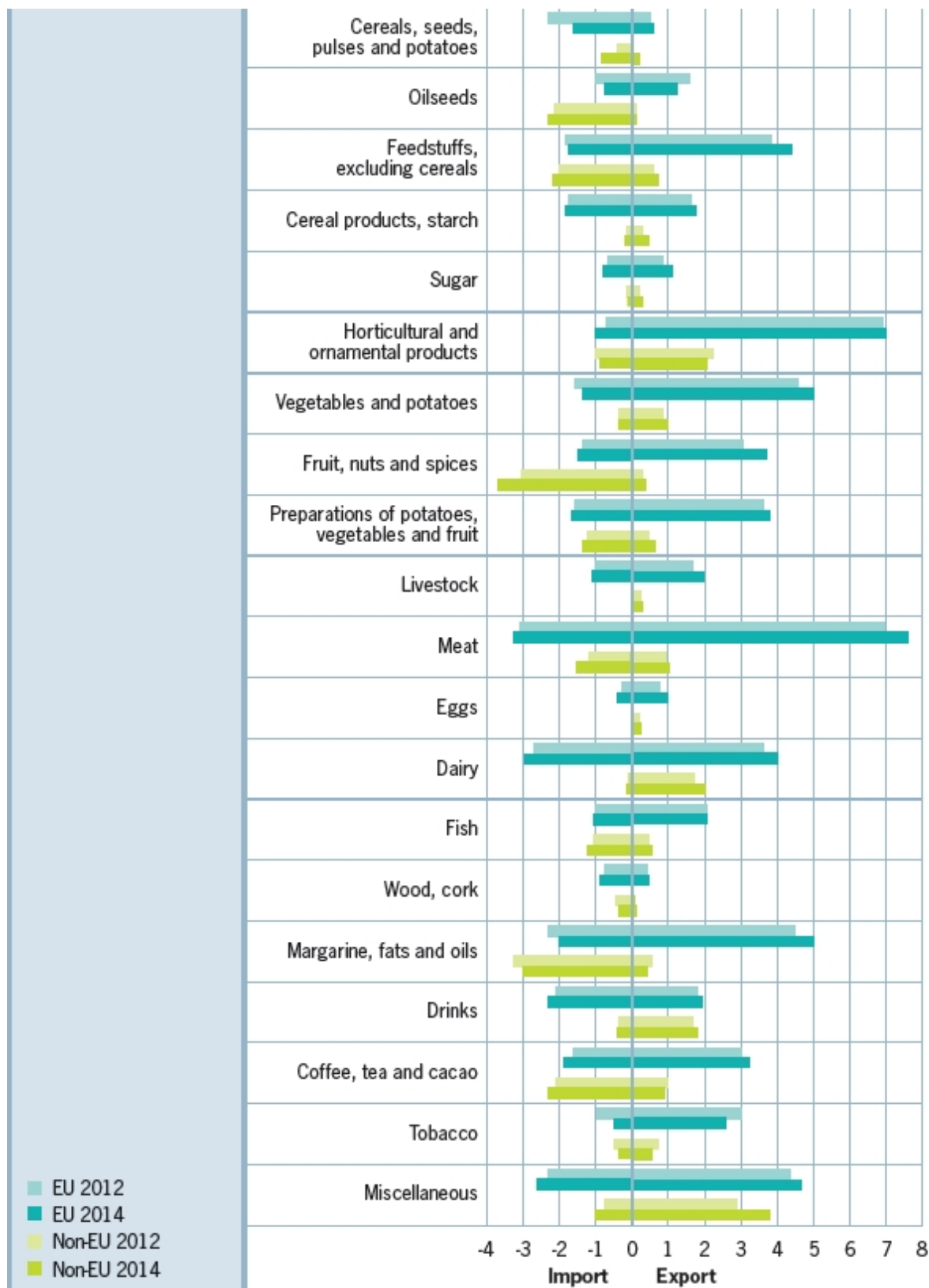
## **2.4. Destaque para o comércio**

Os Países Baixos dispõem de um excedente comercial em bens que se eleva a 62,7 mil milhões EUR (2014 - o segundo maior excedente depois da Alemanha). Os produtos químicos, os géneros alimentícios (produtos hortícolas, queijo e leite em pó para bebés), as máquinas e os equipamentos representam os excedentes comerciais mais significativos. A localização do país, no coração da Europa do noroeste, favoreceu o papel do país no comércio internacional. Quase 15 % do tráfego de carga na UE é movimentado nos portos neerlandeses, e Roterdão é o maior porto de contentores na Europa.

As exportações agroalimentares representam uma elevada parcela no total das exportações neerlandesas (13 % em 2013) e, dependendo dos anos, situam-se entre um terço e metade do excedente comercial neerlandês. Os produtos animais, as frutas e os produtos hortícolas, a floricultura e as plantas ornamentais, assim como os produtos processados são os principais produtos de exportação. Ademais, o país exporta tecnologias e o saber-fazer.

A UE é o destino de cerca de 80 % das exportações agrícolas neerlandesas e é a origem de cerca de 60 % das importações agrícolas dos Países Baixos. A maioria das exportações agrícolas é comercializada na Alemanha (frutas e produtos hortícolas, plantas ornamentais, produtos lácteos, ovos e carne), na Bélgica, França e no Reino Unido, sendo a Alemanha o parceiro mais importante tanto em termos de exportações como de importações agrícolas. A receita proveniente das exportações representa aproximadamente 70 % do valor acrescentado e do emprego no complexo agroalimentar.

**Tabela 13: As importações e exportações neerlandesas por produto com a UE e com países terceiros, 2012 e 2014 (mil milhões EUR)**



Fonte: LEI Wageningen, 2015.

A posição competitiva dos Países Baixos nos mercados mundiais explica-se, entre outros, pelos preços relativamente baixos dos produtos agrícolas nacionais. As cadeias agroalimentares neerlandesas estão particularmente bem integradas nas cadeias de valor mundiais e a agricultura, em especial, depende do comércio para a importação de matérias-primas e para as exportações dos produtos agrícolas.

Por exemplo, o país apoia-se nas importações de soja para a alimentação, contribuindo para a produção de produtos de origem animal (leite e carne), que são posteriormente exportados para os mercados globais.

**Tabela 14: 20 principais produtos agroalimentares neerlandeses na quota de exportação (2010)**

N.º	CÓDIGO SH	DESCRIÇÃO	PERCENTAGEM (%)		VALOR (MIL MILHÕES USD)	
			EXPORTAÇÕES AGROALIMENTARES MUNDIAIS	TOTAL EXPORTAÇÕES PAÍSES BAIXOS	EXPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS
1	601	Bolbos de flores	76,1	0,3	1,1	1
2	603	Flores cortadas	50,5	0,9	3,7	3,1
3	602	Plantas	48,6	0,8	3,3	2,8
4	1805	Cacau em pó	39,7	0,2	0,9	0,8
5	707	Pepinos	38	0,1	0,5	0,4
6	1803	Pasta de cacau	37,4	0,2	0,7	0,4
7	1804	Manteiga de cacau	35,4	0,3	1,4	1
8	103	Suínos	32	0,3	1,2	1
9	407	Ovos	29,6	0,2	0,8	0,6
10	702	Tomates	27,5	0,4	1,7	1,4
11	1209	Sementes	24,4	0,3	1,2	0,8
12	2004	Outros produtos agrícolas transformados	24	0,3	1,3	1
13	701	Batatas	23,8	0,2	0,8	0,5
14	2402	Charutos e cigarros	20,7	0,8	3,3	2,8
15	2203	Cerveja	17,5	0,4	1,8	1,6
16	210	Carne de suíno	16,6	0,1	0,6	0,3
17	703	Cebolas	14,2	0,2	0,8	0,6
18	2309	Alimentação animal	14	0,6	2,5	1,8
19	406	Queijos	13,5	0,8	3,2	2,4
20	201	Carne de vitela	13,2	0,5	2,2	1
<b>Total dos 20 principais produtos</b>			<b>22,8</b>	<b>7,9</b>	<b>33</b>	<b>25,3</b>

Fonte: OCDE, 2015.

Note-se ainda que as reexportações (ou seja, os produtos importados que são, de alguma forma, transformados e posteriormente comercializados no mercado das exportações) representam cerca de um quarto do total das exportações neerlandesas.



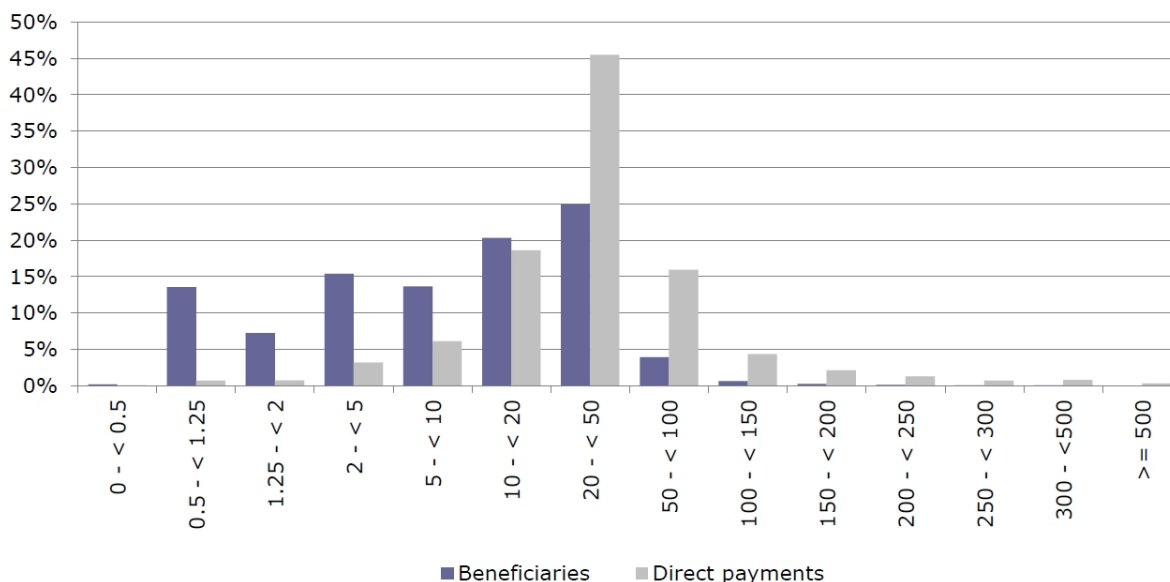
### 3. A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM NOS PAÍSES BAIXOS

#### 3.1. Os pagamentos da PAC nos Países Baixos

##### 3.1.1. Pagamentos diretos

Em 2014, as ajudas diretas cifraram-se em 805,6 milhões de EUR (ou seja, cerca de 2 % das ajudas diretas do total da UE) e foram concedidas a cerca de 50 500 beneficiários<sup>8</sup>. Em 2013, 50 % dos beneficiários receberam menos que 10 000 EUR anuais. As escolhas dos Países Baixos no tocante à aplicação dos novos regimes de pagamentos diretos para o período de 2014-2020 afetarão esta distribuição (consultar a secção específica *infra*).

**Gráfico 15: Distribuição de beneficiários e de pagamentos diretos nos Países Baixos pelo montante de pagamentos diretos recebidos (milhares de EUR), exercício de 2013**



Fonte: Comissão Europeia, 2014.

##### 3.1.2. Medidas de mercado

Em 2014, a UE gastou cerca de 33,8 mil milhões de EUR nos Países Baixos relativamente ao financiamento de medidas de mercado (ou seja, cerca de 1,4 % de todas as medidas de mercado na UE (Tabela 16), com destaque para o setor das frutas e dos produtos hortícolas (organizações dos produtores, regimes das escolas), que contou com 29,2 milhões de EUR. As medidas de promoção (2,7 milhões de EUR) e as medidas para o setor dos produtos lácteos (regime das escolas e intervenção, 1,6 milhões de EUR) foram as duas outras rubricas importantes do orçamento. Ao longo dos anos, registou-se um decréscimo deste montante, na medida em que a PAC reduziu progressivamente as suas despesas nas medidas de mercado, cingindo-as ao papel de uma «rede de segurança» para os agricultores da UE.

<sup>8</sup> Dados para os beneficiários para 2013.

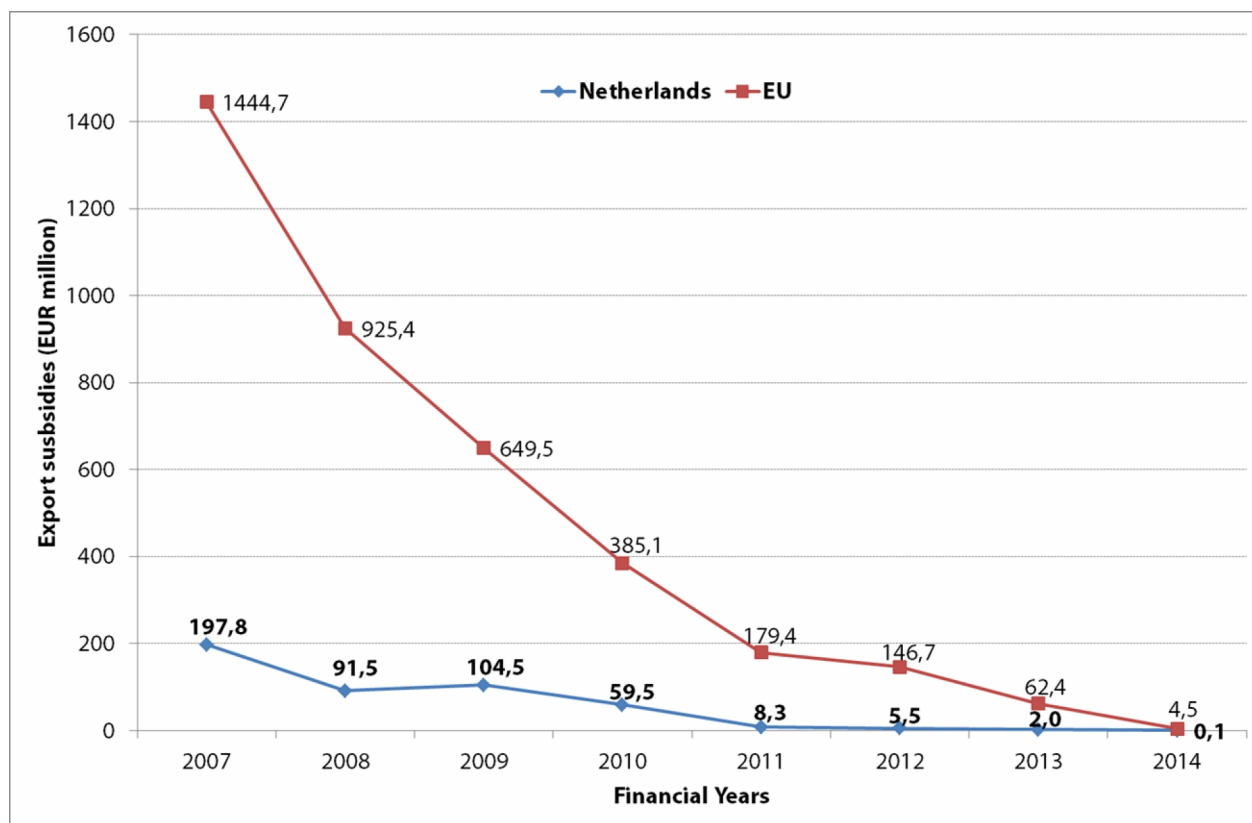
**Tabela 16: Despesas da PAC nos Países Baixos (primeiro pilar, compromissos, euros)**

	Financial Year 2012		Financial Year 2013		Financial Year 2014
<b>Market measures</b>		<b>Market measures</b>		<b>Market measures</b>	
Fruit and vegetables (operational funds for producer organisations, school scheme)	75 530 830	Fruit and vegetables (operational funds for producer organisations, school scheme)	76 029 204	Fruit and vegetables (operational funds for producer organisations, school scheme)	29 225 581
Cereals (intervention for starch)	10 370 475	Milk and milk products (intervention storage of skimmed milk powder and of butter and	3 118 048	Promotion measures	2 712 174
Milk and milk products (intervention storage of skimmed milk powder and of butter and cream, school scheme)	8 003 795	Promotion measures	3 033 463	Milk and milk products (intervention storage of skimmed milk powder and of butter and cream, school scheme)	1 651 325
Promotion measures	3 337 279	Pigmeat, eggs and poultry, beekeeping and other animal products (mainly aid for bee-	320 065	Aid for bee-keeping, refunds for poultry meat	181 426
Other market measures	9 038 042	Other market measures	1 985 619	Other market measures	74 858
<b>Total Market measures 2012 (Netherlands)</b>	<b>106 280 421</b>	<b>Total Market measures 2013 (Netherlands)</b>	<b>84 486 399</b>	<b>Total Market measures 2014 (Netherlands)</b>	<b>33 845 364</b>
Total Market measures (EU)	3 406 012 198	Total Market measures (EU)	3 193 228 900	Total Market measures (EU)	2 478 674 849
<b>Share Netherlands</b>	<b>3,1%</b>	<b>Share Netherlands</b>	<b>2,6%</b>	<b>Share Netherlands</b>	<b>1,4%</b>
<b>Direct aids (Total Netherlands 2012)</b>	<b>819 962 982</b>	<b>Direct aids (Total Netherlands 2013)</b>	<b>822 950 855</b>	<b>Direct aids (Total Netherlands 2014)</b>	<b>805 799 539</b>
Direct aids (Total EU)	40 880 030 201	Direct aids (Total EU)	41 658 276 626	Direct aids (Total EU)	41 659 679 434
<b>Share Netherlands</b>	<b>2,0%</b>	<b>Share Netherlands</b>	<b>2,0%</b>	<b>Share Netherlands</b>	<b>1,9%</b>

**Fonte:** Departamento Temático B\_AGRI, baseado em dados da Comissão Europeia.

As despesas em matéria de restituições às exportações nos Países Baixos seguiram a tendência geral de descida observada ao nível da UE (Gráfico 17), visto que as reformas da PAC reduziram o âmbito das restituições às exportações. Por exemplo, a reforma de 2007 do regime da UE relativo às frutas e produtos hortícolas removeu os subsídios à exportação. Além disso, decorrendo da última reforma da PAC, as restituições às exportações nos setores elegíveis só podem ser utilizadas em caso de uma crise aguda dos mercados.

Em 2012, as restituições às exportações utilizadas nos Países Baixos foram concedidas à carne de bovino (0,8 milhões de EUR), à carne de suíno (37 500 EUR) e aos produtos não incluídos no anexo I (3,3 milhões de EUR); em 2013, foram concedidas as referidas restituições à carne de bovino (9 800 EUR), à carne de suíno (4 500 EUR) e aos produtos não incluídos no anexo I (1,6 milhões de EUR) e, em 2014, à carne de bovino (75 000 EUR) e à carne de aves de capoeira (16 300 EUR).

**Gráfico 17: Restituições às exportações nos Países Baixos e na UE**

Fonte: Departamento Temático B\_AGRI, baseado em dados da Comissão Europeia.

### 3.1.3. Desenvolvimento rural

Em 2013, cerca de 102 milhões de EUR foram canalizados para o desenvolvimento rural nos Países Baixos. Os últimos dados financeiros disponíveis (relativos ao período de 2007-2013) mostram que a taxa de absorção dos fundos destinados ao desenvolvimento rural nos Países Baixos foi de 79 % (pagamentos no final de 2013 quando comparados à totalidade da dotação para o país para 2007-2013), ou seja, muito semelhante à média europeia (80 %).

## 3.2. Aplicação da PAC para 2014-2020

Para o período de 2014-2020, os Países Baixos receberão **cerca de 6 mil milhões de EUR do orçamento da PAC** (a preços correntes). O orçamento disponível<sup>9</sup> **para os pagamentos diretos elevar-se-á a cerca de 5,2 mil milhões de EUR** e para o **desenvolvimento rural contará com cerca de 0,8 mil milhões de EUR**<sup>10</sup>. Estes números representam cerca de 1,5 % do orçamento total pré-atribuído da PAC para 2014-2020 (o país recebe 1,0 % do montante total pré-atribuído da UE para esse período).

<sup>9</sup> Não existe um envelope nacional pré-atribuído para as medidas de mercado, ao contrário dos pagamentos diretos e do desenvolvimento rural.

<sup>10</sup> Após as decisões para a transferência de fundos de pagamentos diretos para o desenvolvimento rural e para a redução de pagamentos («degressividade»). O montante exato é de 765 285 360 EUR. Assistência técnica não incluída. A dotação inicial para o desenvolvimento rural era de 607 milhões de EUR.

### 3.2.1. Pagamentos diretos: uma visão geral das opções nacionais

**Transferências entre pilares:** os Países Baixos optaram por transferir os fundos dos pagamentos diretos para o desenvolvimento rural (passando os 4 % do envelope financeiro anual destinado aos pagamentos diretos em 2015 para 4,3 % em 2019).

**Convergência interna:** até 2019, prevê-se que todos os direitos aos pagamentos se equiparem a um pagamento a uma taxa fixa nacional (consultar *infra*)<sup>11</sup>.

**Redução dos pagamentos:** o montante dos pagamentos que excedam 150 000 EUR é reduzido em 5 %. Trata-se do requisito mínimo do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, que estabelece regras para os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum. Aquando da aplicação do mecanismo não poderá ocorrer nenhuma subtração dos salários ligados a uma atividade agrícola efetivamente pagos e declarados pelo agricultor no ano civil anterior.

- **Regime de pagamento de base (obrigatório):** o pagamento de base é aplicável ao nível nacional. Até 2019, o pagamento de base alcançará um montante (nacional) fixo de 270 EUR por hectare.
- **Pagamento por ecologização (obrigatório):** Até 2019, o pagamento por ecologização alcançará um montante (nacional) fixo de 120 EUR por hectare. A ecologização é igualmente admitida através da equivalência, nos termos de três regimes nacionais de certificação. Os Países Baixos enfileiram os países com o número mais reduzido de elementos de qualificação para a superfície de interesse ecológico (EFA): superfícies com talhadia de rotação curta (salgueiros – adubos minerais proibidos, produtos fitofarmacêuticos permitidos), superfícies com culturas intercalares ou cultura de cobertura (23 espécies, presença no solo mínima de 10 semanas, com exceções, produtos fitofarmacêuticos proibidos, com exceções), superfícies com culturas fixadoras de azoto e um elemento característico da paisagem (orlas dos campos). A aplicação coletiva da EFA é permitida. O rácio de pastagem permanente é gerido a nível nacional.
- **Pagamento aos jovens agricultores (obrigatório):** a percentagem dos limites máximos para este pagamento é fixada em 2 % (este é o valor máximo autorizado pelo Regulamento (UE) n.º 1307/2013, que estabelece regras para os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum). Eleva-se a 25 % da média nacional do pagamento por hectare, multiplicado pelo número de direitos ao pagamento ativados pelo agricultor, mas não superior a 90 %. Não foram estabelecidos critérios adicionais no que respeita à exigência de competências ou de formação adequadas.
- **Apoio associado voluntário (opcional):** aplicável ao pastoreio de ovinos e bovinos fêmeas (com mais de 2 anos) em algumas zonas naturais e outros terrenos não elegíveis (pastagem extensiva), contribuindo para a manutenção dessas áreas (percentagem do limite nacional: 0,47 % de 2015 a 2017; 0,49 % em 2018; 0,5 % em 2019 e 0,49 % em 2020, ou seja, muito abaixo da percentagem máxima autorizada pelo Regulamento (UE) n.º 1307/2013, que estabelece regras para os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum).
- **Pagamentos aos agricultores em zonas com limitações naturais (opcional):** não aplicável.
- **Regime da pequena agricultura (opcional):** não aplicável.
- **Pagamento redistributivo (opcional):** não aplicável.

---

<sup>11</sup> O antigo regime de pagamento único foi aplicado nos Países Baixos com base num modelo histórico.

**Regras relativas ao agricultor ativo:** os Países Baixos são um dos países que alargaram a lista negativa. As organizações governamentais regionais e nacionais foram excluídas da lista de possíveis beneficiários dos pagamentos diretos (por exemplo, organismos governamentais, câmaras municipais e organismos de ordenamento dos recursos hídricos aos quais se atribuem poderes regulamentares). No que tange aos requisitos adicionais, os Países Baixos decidiram também que mais de um terço do rendimento total deve advir das atividades agrícolas. Além disso, a atividade agrícola deve ser a principal atividade ou objeto social inscrito no registo oficial das empresas. O registo na Câmara do Comércio é igualmente uma condição necessária para se ser considerado um agricultor ativo, sendo que a agricultura deverá ser a atividade principal ou secundária (implicando um volume de negócios mínimo anual de 10 000 EUR). Acresce que, os Países Baixos são um dos poucos países que estipularam um limiar ao abrigo do qual se isenta o agricultor da aplicação da cláusula do agricultor ativo<sup>12</sup> com um nível muito reduzido (1 EUR – quando o montante máximo autorizado no regulamento para esta rubrica é de 5 000 EUR).

**Requisitos mínimos para a concessão dos pagamentos diretos:** os Países Baixos decidiram utilizar um limiar financeiro: não são concedidos pagamentos diretos aos agricultores que solicitem menos de 500 EUR num dado ano.

### 3.2.2. Desenvolvimento rural

Nos Países Baixos, o montante dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período de 2014-2020 ascende a 1,88 mil milhões de EUR<sup>13</sup>. O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) representa a maior parcela (41 % ou 765 milhões de EUR), seguido pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu (27 % ou 507 milhões de EUR para cada) e pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (5 % ou 102 milhões de EUR).

O Ministério dos Assuntos Económicos aliado às 12 províncias neerlandesas é responsável pela execução do programa de desenvolvimento rural (PDR). A rede rural nacional dos Países Baixos (RRN) é designada «Netwerk Platteland». Está aberta ao setor público, às organizações interessadas e a particulares.

O programa de desenvolvimento rural neerlandês (PDR) foi adotado pela Comissão Europeia em 13 de fevereiro de 2015. Este PDR para o período de 2014-2020 foi preparado com base numa dotação de 1,3 mil milhões de EUR do financiamento público (desde então, a dotação do FEADER aumentou para 765 milhões de EUR, tal como acima explicado<sup>14</sup>):

- 607 milhões de EUR provenientes do orçamento da UE (FEADER) (46,3 %)
- 449 milhões de EUR do cofinanciamento nacional (34,2 %)
- 256 milhões de EUR dos reforços ao financiamento nacional suplementar (19,5 %)

O PDR dos Países Baixos financia ações no âmbito das quatro prioridades do desenvolvimento rural (das seis estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1305/2013), **com especial incidência na quarta prioridade** referente à restauração, preservação e melhoria dos ecossistemas ligados à agricultura (Tabela 18).

<sup>12</sup> Exceto quando o agricultor dispõe de superfícies naturalmente mantidas num estado adequado para pastoreio ou cultivo e não exerça nessas superfícies a atividade mínima definida pelos Estados-Membros (artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, que estabelece regras para os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum).

<sup>13</sup> Valor que inclui as transferências dos pagamentos diretos para o desenvolvimento rural.

<sup>14</sup> A análise que se segue baseia-se na dotação inicial dos fundos do desenvolvimento rural.

As **quatro medidas mais importantes** em termos orçamentais são (financiamento público total):

1. Medida n.º 4: Investimentos produtivos e não produtivos (616 milhões de EUR)
2. Medida n.º 10: Agroambiente e Clima (405 milhões de EUR)
3. Medida n.º 19: Leader/CLLD (desenvolvimento local de base comunitária) (110 milhões de EUR)
4. Medida n.º 16: Cooperação (65 milhões de EUR).

As incidências de cada prioridade são as que se seguem:

**Prioridade 2: Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras**

O PDR visa proporcionar investimentos inovadores e sustentáveis a 4 % dos agricultores (cerca de 2 900 explorações agrícolas). A medida destina-se aos jovens agricultores (respeitante a novos investimentos quando tomam posse da exploração agrícola). Um fundo de garantia permitirá aos empresários investir em projetos que envolvem maiores riscos. O PDR pretende facilitar a inovação através de projetos de cooperação e da transferência de informação e de conhecimentos entre o setor agroalimentar, os investigadores e as demais partes interessadas. Serão lançados 115 projetos de cooperação e 11 000 pessoas receberão formação. O PDR apoia também a participação na Parceria Europeia de Inovação e os respetivos grupos operacionais.

**Prioridade 3: Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura, com especial incidência nos seguintes domínios**

O programa apoia a gestão do risco agrícola através de regimes de seguro em todas as condições climáticas, visando 2 % do conjunto dos agricultores (ou seja, cerca de 1 500 agricultores).

**Prioridade 4: Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura**

A fim de melhorar o ambiente nas zonas agrícolas, é concedido apoio para melhorar a paisagem, a biodiversidade e a gestão da água e do solo em 6 % dos terrenos agrícolas. Um regime de gestão da paisagem agrícola pode tratar a questão dos *habitats* das aves.

**Prioridade 6: Inclusão social e o desenvolvimento das zonas rurais**

Por intermédio do desenvolvimento local de base comunitária (CLLD/Leader), o PDR apoia o desenvolvimento territorial equilibrado das economias e das comunidades rurais. As atenções incidem sobre o crescimento, o emprego e a melhoria das condições de vida. As ligações entre as zonas rurais e as cidades e entre os agricultores e os cidadãos serão reforçadas. Prevê-se que o apoio PDR crie 250 novos empregos e abranja 3 milhões de habitantes nas zonas rurais.

**Tabela 18: Apoio público indicativo para o programa de desenvolvimento rural neerlandês**

<b>META</b>	<b>MEDIDA</b>	<b>DESPESAS PÚBLICAS TOTAIS (EUROS)</b>	<b>%</b>
<b>Prioridade 1: Transferência de conhecimentos e inovação</b>			
<i>NB: Inexistência de dotação financeira para a Prioridade 1, tendo em conta que as despesas são repartidas em todos os domínios prioritários</i>			
1A: Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base Metas específicas (ME): 6,59 % da despesa do PDR	01 conhecimento		
	16 cooperação		
1B: Reforço das ligações (com investigação, etc.) OT: 155 operações de cooperação	16 cooperação		
1C: Formação OT: 11 000 formandos	01 conhecimento		
<b>Prioridade 2: Competitividade</b>		<b>432 610 000</b>	<b>32,86 %</b>
2A: Desempenho da exploração agrícola ME: 3,87 % das explorações agrícolas apoiadas pelo PDR	01 conhecimento	21 870 000	1,66 %
	04 investimentos	345 910 000	26,28 %
	16 cooperação	64 830 000	4,93%
<b>Prioridade 3: Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura</b>		<b>54 000 000</b>	<b>4,10 %</b>

3B: Prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas ME: 1,8 % das explorações agrícolas apoiadas pelo PDR	17 gestão de riscos	54 000 000	4,10 %
<b>Prioridade 4: Gestão de ecossistemas</b> <i>NB: As despesas no âmbito da Prioridade 4 estão previstas para a prioridade no seu conjunto, não para os domínios prioritários individuais</i>		<b>675 862 000</b>	<b>51,35 %</b>
4A Biodiversidade: ME: 5,87 % da zona agrícola utilizada abrangida por contratos	04 investimentos	270 222 000	20,53 %
4B Gestão da água: ME: 5,87 % da zona agrícola utilizada abrangida por contratos	10 Agroambiente e clima	405 640 000	30,82 %
4C Erosão dos solos e gestão: ME: 0,48% da zona agrícola utilizada abrangida por contratos			
<b>Prioridade 6: Inclusão social e desenvolvimento local das zonas rurais</b>		<b>110 479 998</b>	<b>8,39 %</b>
6B LEADER: ME: 64,86 % da população rural na estratégia local de desenvolvimento ME: 250 postos de trabalho criados (LEADER)	19 LEADER e CLLD	110 479 998	8,39 %
<b>Assistência técnica</b>		<b>43 390 720</b>	<b>3,3 %</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS PÚBLICAS</b>		<b>1 316 340 718</b>	<b>100 %</b>

Fonte: Comissão Europeia, 2015.

## **BIBLIOGRAFIA PRINCIPAIS FONTES**

- [Agriculture in the Netherlands. Its Recent Past, Current State and Perspectives](#), Van der Heide *et al.*, 2011
- [Direct payments post-2014 - Decisions taken by Member States by 1 August 2014: State of play](#), Comissão Europeia, 2015
- [Green growth in the Netherlands](#), Estatísticas dos Países Baixos, 2015
- [Implementation of the First Pillar of the CAP 2014–2020 in the EU Member States](#), Henke *et al.* para o Parlamento Europeu, 2015. [Annexes](#)
- [Innovation, Agricultural Productivity and Sustainability in the Netherlands](#), OCDE, 2015.
- [Nederland – Country Profile](#), Comissão Europeia, 2015
- [OECD Economic Surveys: Netherlands 2014](#), OCDE, 2014
- [Pragmatism beats ideology at Dutch ballot box](#), Financial Times, 13 de setembro de 2012
- [Public goods and externalities: agri-environment policy measures in the Netherlands](#), OCDE, 2015
- [Report on the distribution of direct aids to agricultural producers \(financial year 2013\)](#), Comissão Europeia
- [Rural development, Country files: the Netherlands](#), Comissão Europeia, DG AGRI.
- [Rutte retains power in Dutch elections](#), Financial Times, 13 de setembro de 2012
- [The EU in the world - 2015 edition](#), Eurostat
- [The Netherlands - Agricultural Economic Report 2015: Summary](#), Berkhout, LEI Wageningen UR, 2015.
- [The Netherlands on the European scale](#), Estatísticas dos Países Baixos, 2016
- [Trends in the Netherlands 2015](#), Estatísticas dos Países dos Baixos, 2015

## **SÍTIOS WEB**

[http://ec.europa.eu/agriculture/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm)

<http://ec.europa.eu/budget/>

<https://www.government.nl/>

<http://www.agrofoodportal.com/>

<http://www.landbouweconomischbericht.nl/home.html#uitgelicht-homepage>

<http://www.cbs.nl>

<http://enrd.ec.europa.eu/pt/country/thenetherlands>





DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS INTERNAS

## DEPARTAMENTO TEMÁTICO **B** POLÍTICAS ESTRUTURAIS E DE COESÃO

### Missão

Os Departamentos Temáticos são unidades que prestam assessoria especializada às comissões, às delegações interparlamentares e a outros órgãos parlamentares.

### Políticas

- Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Cultura e Educação
- Pescas
- Desenvolvimento Regional
- Transportes e Turismo

### Documentos

Visite o sítio web do Parlamento Europeu:  
<http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>

IMAGEM CEDIDA POR: iStock International Inc., Photodisk, Phovoir



ISBN 978-92-823-8647-7 (paper)  
ISBN 978-92-823-8649-1 (pdf)

doi:10.2861/052649 (paper)  
doi:10.2861/238256 (pdf)